

HABEAS CORPUS Nº 515.494 - RS (2019/0168350-9)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
YARA NASARIO - RS014162
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PACIENTE : GENI RODRIGUES ALVES (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de GENI RODRIGUES ALVES contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, no julgamento da Apelação n. 0002412-76.2018.8.21.0012.

Consta dos autos que a paciente foi condenada, em primeiro grau de jurisdição, às penas de 6 anos de reclusão, em regime inicial fechado, e 600 dias-multa, pela prática do delito previsto no art. 33 da Lei n. 11.343/2006 (fls. 102/116).

Inconformada, a defesa apelou e Tribunal *a quo* negou provimento ao recurso (fls. 102/116).

No presente *mandamus* (fls. 3/12), a impetrante sustenta que o acórdão impugnado impôs constrangimento ilegal à paciente, pois manteve o afastamento do redutor previsto no § 4º do art. 33 da Lei n. 11.343/2006, embora preenchidos os requisitos legais para a sua incidência. Argumenta, ainda, que não há provas da dedicação da paciente a atividades criminosas ou sua integração em organização criminosa, uma vez que a existência de processos em curso não é capaz de afastar a incidência do benefício.

Diante disso, requer, liminarmente e no mérito, a aplicação do redutor de pena previsto no art. 33, § 4º, da Lei n. 11.343/2006.

É o relatório. **Decido.**

De início, o presente *habeas corpus* não comporta conhecimento, pois impetrado em substituição a recurso próprio. Entretanto, nada impede que, de ofício, seja constatada a existência de ilegalidade que importe em ofensa à liberdade de locomoção do paciente.

No caso, ao menos em juízo de cognição sumária, não verifico manifesta ilegalidade apta a justificar o deferimento da medida de urgência, sendo necessário aprofundado exame dos autos para a aferição de eventual constrangimento ilegal, notadamente se considerado o pleito de realização de nova dosimetria da pena, tarefa complexa que não pode ser realizada no âmbito de juízo meramente perfunctório.

Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito da impetração, o qual deverá ser analisado em momento oportuno, após parecer ministerial, por ocasião do julgamento definitivo do *habeas corpus* pelo colegiado.

Ante o exposto, **indefiro** a liminar.

Devidamente instruído, dispensei informações. Dê-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator